Artigo 17 da Lei de Execução Penal (LEP) Comentada: A Importância da Assistência Educacional

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 17, 2025

Introdução

A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal (LEP), é um marco fundamental na regulamentação do sistema penal brasileiro. A LEP busca assegurar que a execução das penas respeite a dignidade da pessoa humana e promova a reintegração social dos condenados. Nesse contexto, o artigo 17 se destaca ao tratar da assistência educacional, que inclui tanto a instrução escolar quanto a formação profissional dos presos e internados.

O artigo 17 é um reflexo do entendimento de que a educação é um direito fundamental e uma ferramenta essencial para a ressocialização dos indivíduos que cumprem pena. Este artigo visa não apenas proporcionar ao preso a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades, mas também contribuir para a sua reintegração à sociedade, reduzindo a reincidência criminal.

Neste artigo, discutiremos os aspectos e a importância do artigo 17 da Lei de Execução Penal, analisando suas

implicações práticas, os desafios enfrentados na implementação da assistência educacional e o impacto que a educação pode ter na vida dos presos e na sociedade como um todo.

1. Contextualização da Lei de Execução Penal

1.1 Origem e Evolução

A Lei de Execução Penal foi criada em um contexto de reforma do sistema prisional brasileiro, que até então era marcado por condições desumanas e pela falta de mecanismos que garantissem os direitos dos condenados. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve uma ênfase maior na proteção dos direitos humanos, incluindo os direitos dos presos.

A LEP surge como uma resposta a essa demanda, estabelecendo normas claras para a execução das penas e buscando garantir que os condenados tenham acesso a direitos fundamentais, como a educação. O artigo 17, em particular, reflete a compreensão de que a educação é um elemento crucial para a reintegração

social e para a diminuição da criminalidade.

1.2 Objetivos da Lei de Execução Penal

Os principais objetivos da Lei de Execução Penal incluem:

- **Garantir os direitos dos presos**: A lei busca assegurar que os direitos fundamentais dos indivíduos que cumprem pena sejam respeitados, promovendo um tratamento digno e humano.
- **Promover a ressocialização**: A execução penal deve ter como foco a reintegração do condenado à sociedade, evitando a reincidência criminal.
- **Estabelecer diretrizes claras**: A lei proporciona um marco regulatório que orienta a atuação do sistema penitenciário e das instituições responsáveis pela execução das penas.

2. Análise do Artigo 17

2.1 Disposições do Artigo 17

O artigo 17 da Lei de Execução Penal estabelece que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Essa disposição é fundamental para garantir que os indivíduos que estão cumprindo pena tenham acesso à educação, o que é essencial para sua reintegração social.

2.1.1 Instrução Escolar

A instrução escolar refere-se ao acesso à educação básica e à alfabetização. A LEP reconhece que muitos presos não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos e que a educação é um direito de todos. Assim, a assistência educacional deve incluir programas que possibilitem aos presos frequentar aulas e obter certificados de conclusão do ensino fundamental e

médio.

2.1.2 Formação Profissional

A formação profissional é igualmente importante, pois visa capacitar os presos com habilidades que possam ser úteis no mercado de trabalho após a sua liberação. A LEP reconhece que a falta de qualificação profissional é um dos fatores que contribuem para a reincidência criminal, e, portanto, a oferta de cursos de capacitação e formação técnica é essencial para a ressocialização.

2.2 Importância da Assistência Educacional

A assistência educacional prevista no artigo 17 é de suma importância por diversas razões:

2.2.1 Promoção da Dignidade Humana

A educação é um direito humano fundamental e deve ser garantida a todos, independentemente de sua situação. Ao assegurar o acesso à educação para os presos, a LEP promove a dignidade humana e reconhece a capacidade de mudança e crescimento dos indivíduos.

2.2.2 Redução da Reincidência Criminal

Estudos demonstram que a educação e a formação profissional têm um impacto positivo na redução da reincidência criminal. Indivíduos que recebem educação e treinamento têm mais chances de conseguir emprego após a liberação, o que diminui a probabilidade de voltarem a cometer crimes.

2.2.3 Melhoria das Condições de Vida

A educação pode proporcionar aos presos uma perspectiva de futuro mais positiva, ajudando-os a desenvolver habilidades que podem melhorar suas condições de vida e a de suas famílias. Isso não apenas beneficia os indivíduos, mas também

a sociedade como um todo, ao reduzir a criminalidade e promover a inclusão social.

2.2.4 Fortalecimento da Cidadania

A educação também desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes e participativos. Ao receber instrução escolar, os presos têm a oportunidade de aprender sobre seus direitos e deveres, o que pode incentivá-los a se tornarem cidadãos mais ativos e responsáveis após a sua liberação.

2.3 Desafios na Implementação

Apesar da importância da assistência educacional, sua implementação enfrenta diversos desafios:

2.3.1 Falta de Recursos

Muitas unidades prisionais enfrentam limitações orçamentárias que dificultam a oferta de programas educacionais adequados. A falta de professores qualificados, materiais didáticos e infraestrutura adequada pode comprometer a qualidade da educação oferecida.

2.3.2 Resistência Cultural

A cultura dentro das prisões muitas vezes é hostil à educação. Alguns presos podem ver a educação como uma atividade desnecessária ou até mesmo como uma forma de punição, o que pode dificultar a adesão aos programas educacionais.

2.3.3 Falta de Conscientização

Tanto os presos quanto os gestores das unidades prisionais podem não estar plenamente conscientes da importância da educação e da formação profissional. Isso pode levar à subutilização dos recursos disponíveis e à falta de participação nos programas oferecidos.

3. O Papel da Educação no Sistema Penal

3.1 Funções da Educação

A educação no sistema penal desempenha várias funções essenciais:

3.1.1 Instrução e Capacitação

A educação oferece aos presos a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades que são fundamentais para sua reintegração à sociedade. Isso inclui não apenas a alfabetização, mas também a formação em áreas específicas que podem ser úteis no mercado de trabalho.

3.1.2 Desenvolvimento Pessoal

A educação também contribui para o desenvolvimento pessoal dos presos, ajudando-os a refletir sobre suas ações e a desenvolver um senso de responsabilidade. Isso pode ser um passo importante em direção à mudança de comportamento e à reintegração social.

3.1.3 Promoção da Saúde Mental

A educação pode ter um impacto positivo na saúde mental dos presos. Ao se envolver em atividades educacionais, os indivíduos podem encontrar um senso de propósito e motivação, o que pode ajudar a combater a depressão e a ansiedade que muitas vezes acompanham a experiência do encarceramento. A educação também pode proporcionar um espaço para a expressão pessoal e o desenvolvimento de habilidades sociais.

3.2 Programas Educacionais em Unidades Prisionais

3.2.1 Tipos de Programas

Os programas educacionais em unidades prisionais podem variar amplamente, incluindo:

- **Educação Básica**: Aulas de alfabetização e programas para a conclusão do ensino fundamental e médio.
- **Educação Profissional**: Cursos de formação técnica e profissional em áreas como informática, carpintaria, culinária, entre outros.
- **Educação Continuada**: Aulas para adultos que buscam desenvolver habilidades específicas ou aprofundar seus conhecimentos em áreas de interesse.

3.2.2 Parcerias com Instituições de Ensino

Para implementar programas educacionais eficazes, muitas unidades prisionais estabelecem parcerias com instituições de ensino, ONGs e empresas. Essas parcerias podem proporcionar recursos adicionais, como professores qualificados, materiais didáticos e infraestrutura.

3.2.3 Avaliação e Monitoramento

A avaliação e o monitoramento dos programas educacionais são

essenciais para garantir sua eficácia. Isso envolve a coleta de dados sobre a participação dos presos, o sucesso acadêmico e a reintegração social após a liberação. Esses dados podem ajudar a identificar áreas de melhoria e a adaptar os programas às necessidades dos presos.

4. Impacto da Assistência Educacional na Sociedade

4.1 Redução da Criminalidade

A assistência educacional não apenas beneficia os indivíduos que cumprem pena, mas também tem um impacto positivo na sociedade como um todo. A educação tem o potencial de reduzir a criminalidade, uma vez que indivíduos educados e qualificados têm mais chances de se reintegrar à sociedade de forma produtiva.

4.2 Inclusão Social

A educação é uma ferramenta poderosa para a inclusão social. Ao proporcionar acesso à educação e à formação profissional, a LEP ajuda a quebrar o ciclo da pobreza e da marginalização que muitas vezes está associado à criminalidade. Isso pode levar a comunidades mais coesas e seguras.

4.3 Melhoria da Imagem do Sistema Penal

A promoção da educação dentro do sistema penal pode contribuir para uma mudança na percepção pública sobre as prisões. Em vez de serem vistas apenas como locais de punição, as unidades prisionais podem ser reconhecidas como instituições que oferecem oportunidades de reabilitação e crescimento pessoal.

5. Considerações Finais

O artigo 17 da Lei de Execução Penal é um componente crucial na busca por um sistema penal mais humano e eficaz. Ao garantir a assistência educacional aos presos e internados, a LEP reconhece a importância da educação como um direito fundamental e uma ferramenta essencial para a ressocialização.

A implementação efetiva da assistência educacional, no entanto, enfrenta desafios significativos que precisam ser abordados. A falta de recursos, a resistência cultural e a falta de conscientização são obstáculos que devem ser superados para que os programas educacionais possam ter um impacto real.

É fundamental que a sociedade, os gestores públicos e as instituições de ensino trabalhem juntos para fortalecer a assistência educacional nas unidades prisionais. Ao investir na educação dos presos, estamos não apenas promovendo a dignidade humana, mas também contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e segura.

FAQ – Perguntas e Respostas Frequentes

1. O que é o artigo 17 da Lei de Execução Penal?

O artigo 17 da Lei de Execução Penal estabelece que a assistência educacional nos estabelecimentos penais compreenderá a instrução escolar e a formação profissional dos presos e internados.

2. Qual é a importância da assistência

educacional para os presos?

A assistência educacional é importante porque promove a dignidade humana, reduz a reincidência criminal, melhora as condições de vida dos presos e fortalece a cidadania.

3. Que tipos de educação são oferecidos aos presos?

Os presos podem ter acesso à educação básica, como alfabetização e conclusão do ensino fundamental e médio, além de formação profissional em diversas áreas.

4. Como a educação pode reduzir a reincidência criminal?

A educação e a formação profissional aumentam as chances de os presos conseguirem emprego após a liberação, o que reduz a probabilidade de voltarem a cometer crimes.

5. Quais são os principais desafios na implementação da assistência educacional?

Os principais desafios incluem a falta de recursos financeiros, a resistência cultural à educação e a falta de conscientização sobre a importância da educação no sistema penal.

6. Como os programas educacionais são implementados nas prisões?

Os programas educacionais podem ser implementados por meio de parcerias com instituições de ensino, ONGs e empresas, que fornecem professores, materiais didáticos e infraestrutura.

7. Qual é o papel da sociedade na promoção da educação nas prisões?

A sociedade pode contribuir por meio da conscientização sobre a importância da educação, do apoio a iniciativas que visem fortalecer programas educacionais e da participação em discussões sobre justiça e direitos humanos.

8. A educação é um direito garantido pela Constituição?

Sim, a educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que assegura a todos o acesso à educação, independentemente de sua situação.

9. O que fazer se eu souber de um preso que precisa de assistência educacional?

Se você souber de um preso que precisa de assistência educacional, pode entrar em contato com a unidade prisional local ou com a Defensoria Pública para obter informações sobre os programas disponíveis.

10. Quais são os benefícios da educação para a sociedade como um todo?

Os benefícios da educação para a sociedade incluem a redução da criminalidade, a promoção da inclusão social e a melhoria da imagem do sistema penal, que pode ser visto como um espaço de reabilitação e crescimento pessoal.

Conclusão

O artigo 17 da Lei de Execução Penal é um pilar fundamental para a promoção da educação e da ressocialização dos presos no Brasil. Ao assegurar a assistência educacional, a LEP não

apenas reafirma o direito à educação, mas também reconhece seu papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e segura. A implementação efetiva dessa assistência é um desafio que requer a colaboração de diversas esferas da sociedade, mas os benefícios potenciais são inegáveis e podem transformar vidas e comunidades.